



# **SENADO FEDERAL**

## **PARECER**

**Nº 1.037, DE 2006**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

**RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO**

### **I – RELATÓRIO**

A Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, de autoria do Senador CRISTOVAM BUARQUE e outros eminentes colegas, propõe a alteração do artigo 45 da Constituição, que trata da composição da Câmara dos Deputados, para determinar a instituição de circunscrições eleitorais especiais, destinadas a viabilizar a eleição de representantes dos cidadãos brasileiros que residem no exterior.

A medida se realiza mediante o acréscimo de um parágrafo ao citado art. 45. A proposição exige lei para disciplinar o tema, e ressalta que sua vigência respeitará o princípio da anualidade, a que se refere o art. 16 da Constituição.

Ao justificar a iniciativa, seus autores destacam a irreversibilidade do processo de globalização: *esse processo, aliado à crise econômica que produz milhões de desempregados, levou para fora de nosso País mais de dois milhões de concidadãos*. A esses brasileiros é concedido, nos termos da Lei, o direito a voto nas eleições para Presidente da República, quando inscritos nas representações diplomáticas. Não, entretanto, o direito de voto nas eleições parlamentares.

E assinalam, corretamente, a nosso ver, que *essa situação pode favorecer o distanciamento entre cidadãos do Brasil e o seu País, sua Nação, seu povo, quebrando os vínculos sociais e afetivos que ligam a pessoa à sua pátria*.

Destacam, ao final, que a proposta repete em nosso País a experiência de diversos povos, como Portugal, Espanha, Itália e os Estados Unidos da América. O Brasil, país avançado quando se trata de tecnologia eleitoral, deve estender esse avanço a outras áreas do processo eleitoral, de modo a ampliar a cidadania e aprofundar o processo democrático.

## II – ANÁLISE

A proposição legislativa sob exame é clara e singela, embora trate de assunto de grande importância para a democracia: trata-se de tornar possível a incorporação, ao processo político brasileiro, de alguns milhões de concidadãos que vivem em outros países.

A viabilização desse desiderato se daria mediante a criação de representação, na Câmara dos Deputados, desses brasileiros que vivem fora do Brasil. Para tanto, são criadas as circunscrições eleitorais especiais, conforme o texto do § 3º que se propõe aduzir ao art. 45 da Carta Magna.

A proposição não incide em quaisquer dos vícios que podem inquinar de inconstitucionalidade ou injuridicidade iniciativas dessa natureza: não desrespeita direitos individuais, antes, os amplia. Do mesmo modo, não debilita a nossa Federação, vez que as circunscrições especiais não alteram o equilíbrio entre os entes federados. O voto, direto, secreto, universal e periódico é fortalecido. A proposição não diz respeito à separação dos poderes. Desse modo, os limites materiais à reforma da Constituição são respeitados.

Do ponto de vista formal, também ressalta a correspondência da Proposta de Emenda à Constituição com o Estatuto Maior: encontra-se subscrita pelo número bastante de autores (28), e não há, no momento, em vigor no Brasil, estado de sítio, de defesa ou intervenção federal.

Apenas um aspecto da proposição nos parece digno de reparo: talvez para facilitar o processo eleitoral, diz-se que a eleição de deputado federal será pelo sistema majoritário, enquanto o caput do art. 45, em que se pretende inscrever esse parágrafo, determina que o nosso sistema é proporcional. Parece-nos que o sistema eleitoral a ser observado no Exterior deve observar os princípios aqui adotados, uma vez que poderia ser incompreensível que o Brasil adotasse dois sistemas eleitorais, um para os brasileiros que vivem em seu País e outros para os que vivem em outros países. Por tais razões, propomos a supressão da expressão “pelo sistema majoritário”. E propomos, igualmente, que a expressão “representantes”, seja substituída por “Deputados Federais” para seguir o termo que a Constituição já adota.

### **III – VOTO**

Em face do exposto, o nosso voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, nos termos do seguinte substitutivo:

#### **EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005**

Acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição, para estabelecer a representação na Câmara dos Deputados dos brasileiros residentes no exterior.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

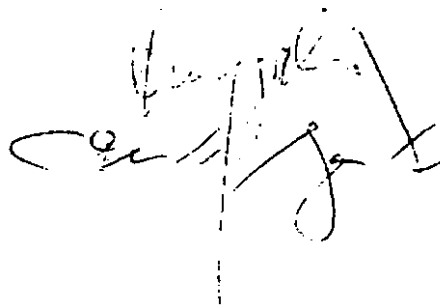
**Art. 1º** O art. 45 da Constituição passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

**“Art. 45. ....**

**§ 3º A lei disporá sobre as circunscrições especiais para a eleição de Deputados Federais, representantes dos brasileiros residentes no exterior. (NR)”**

**Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com as disposições do art. 16 da Constituição.**

Sala da Comissão, 2 de agosto de 2006.

The image shows two handwritten signatures in black ink. The top signature is more complex and stylized, while the bottom signature is simpler and more fluid. Both are written over a vertical dashed line that serves as a separator.

, Presidente

, Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PÉC Nº 5 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/03/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR: <i>Don Eduardo Azeredo</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES <i>(Presidente)</i>	1-ROMEUA TUMA <i>(Relator)</i>
CÉSAR BORGES <i>(César Borges)</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>(Edison)</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>(Rodolpho)</i>
JOÃO BATISTA MOTTA <i>(João Batista Motta)</i>	6-TASSO JEREISSATI <i>(Tasso Jereissati)</i>
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO <i>(Relator)</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>(Juvenício da Fonseca)</i>	9-LÚCIA VÂNIA <i>(Lucia Vânia)</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, <sup>(1)</sup> , PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-ANTONIO JOÃO <sup>(4)</sup>
EDUARDO SUPICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA <i>(Magno Malta)</i>	4-PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI <i>(Ideli Salvatti)</i>	5-SIBÁ MACHADO <i>(Sibá Machado)</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA <sup>(2,3)</sup>
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO <i>(Luiz Otávio)</i>
NEY SUASSUNA	2-GILVAM BORGES <sup>(5)</sup>
JOSÉ MARANHÃO <sup>(5)</sup>	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 31/07/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PT ao PTB.

(5) Os Senadores José Maranhão e Gilvam Borges encontram-se licenciados do exercício do mandato a partir de 31.07.2006.

ASSINAM O PARECER  
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005,  
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02/08/2006, COMPLEMENTANDO  
AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS  
DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,  
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

1 -

2 -

3 -

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -

11 -

12 -

13 -

14 -

15 -

**ASSINAM O PARECER**  
**À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005,**  
**NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02/08/2006, COMPLEMENTANDO AS**  
**ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO**  
**ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,**  
**OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

- 1 - FÁTIMA CLEIDE**
- 2 - HERÁCLITO FORTES**
- 3 - TIÃO VIANA**
- 4 - AUGUSTO BOTELHO**
- 5 - PAULO PAIM**
- 6 - EFRAIM MORAIS**
- 7 - JOSÉ AGRIPINO**
- 8 - ROMERO JUCÁ**
- 9 - RAMEZ TEBET**
- 10 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR**
- 11 - ALMEIDA LIMA**
- 12 - ALVARO DIAS**
- 13 - LÚCIA VÂNIA**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA  
MESA**

**Constituição da República Federativa do Brasil 1988**

.....  
Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993)  
.....

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, DO PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

## **I – RELATÓRIO**

A Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, de autoria do Senador CRISTOVAM BUARQUE e outros eminentes colegas, propõe a alteração do artigo 45 da Constituição, que trata da composição da Câmara dos Deputados, para determinar a instituição de circunscrições eleitorais especiais, destinadas a viabilizar a eleição de representantes dos cidadãos brasileiros que residem no exterior.

A medida se realiza mediante o acréscimo de um parágrafo ao citado art. 45. A proposição exige lei para disciplinar o tema, e ressalta que sua vigência respeitará o princípio da anualidade, a que se refere o art. 16 da Constituição.

Ao justificar a iniciativa, seus autores destacam a irreversibilidade do processo de globalização: *esse processo, aliado à crise econômica que produz milhões de desempregados, levou para fora de nosso País mais de dois milhões de concidadãos*. A esses brasileiros é concedido, nos termos da Lei, o direito a voto nas eleições para Presidente da República, quando inscritos nas representações diplomáticas. Não, entretanto, o direito de voto nas eleições parlamentares.

E assinalam, corretamente, a nosso ver, que *essa situação pode favorecer o distanciamento entre cidadãos do Brasil e o seu País, sua Nação, seu povo, quebrando os vínculos sociais e afetivos que ligam a pessoa à sua pátria*.

Destacam, ao final, que a proposta repete em nosso País a experiência de diversos povos, como Portugal, Espanha, Itália e os Estados Unidos da América. O Brasil, país avançado quando se trata de tecnologia eleitoral, deve estender esse avanço a outras áreas do processo eleitoral, de modo a ampliar a cidadania e aprofundar o processo democrático.



## II – ANÁLISE

A proposição legislativa sob exame é clara e singela, embora trate de assunto de grande importância para a democracia: trata-se de tornar possível a incorporação, ao processo político brasileiro, de alguns milhões de concidadãos que vivem em outros países.

A viabilização desse desiderato se daria mediante a criação de representação, na Câmara dos Deputados, desses brasileiros que vivem fora do Brasil. Para tanto, são criadas as circunscrições eleitorais especiais, conforme o texto do § 3º que se propõe aduzir ao art. 45 da Carta Magna.

A proposição não incide em quaisquer dos vícios que podem inquinar de inconstitucionalidade ou injuridicidade iniciativas dessa natureza: não desrespeita direitos individuais, antes, os amplia. Do mesmo modo, não debilita a nossa Federação, vez que as circunscrições especiais não alteram o equilíbrio entre os entes federados. O voto, direto, secreto, universal e periódico é fortalecido. A proposição não diz respeito à separação dos poderes. Desse modo, os limites materiais à reforma da Constituição são respeitados.

Do ponto de vista formal, também ressalta a correspondência da Proposta de Emenda à Constituição com o Estatuto Maior: encontra-se subscrita pelo número bastante de autores (28), e não há, no momento, em vigor no Brasil, estado de sítio, de defesa ou intervenção federal.

Apenas um aspecto da proposição nos parece digno de reparo: talvez para facilitar o processo eleitoral, diz-se que a eleição de deputado federal será pelo sistema majoritário, enquanto o caput do art. 45, em que se pretende inscrever esse parágrafo, determina que o nosso sistema é proporcional. Parece-nos que o sistema eleitoral a ser observado no Exterior deve observar os princípios aqui adotados, uma vez que poderia ser incompreensível que o Brasil adotasse dois sistemas eleitorais, um para os brasileiros que vivem em seu País e outros para os que vivem em outros países. Por tais razões, propomos a supressão da expressão “pelo sistema majoritário”. E propomos, igualmente, que a expressão “representantes”, seja substituída por “Deputados” para seguir o termo que a Constituição já adota.

### III – VOTO

Em face do exposto, o nosso voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, nos termos do seguinte substitutivo:

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5 (SUBSTITUTIVO), DE 2005**

Acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição, para estabelecer a representação na Câmara dos Deputados dos brasileiros residentes no exterior.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

**Art. 1º** O art. 45 da Constituição passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

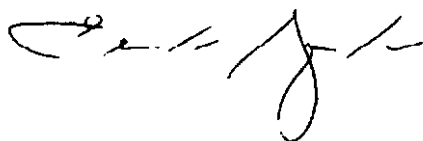
“**Art. 45.** .....

§ 3º A lei disporá sobre as circunscrições especiais para a eleição de representantes dos brasileiros residentes no exterior. (NR)”

**Art. 2º** Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com as disposições do art. 16 da Constituição.

Sala da Comissão,

, Presidente

 , Relator

Publicado no Diário do Senado Federal, de 15-08-2006